

**A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA- PI: ENTRE EXPECTATIVAS
E DESENCANTOS (1954 E 1955)¹³⁰**

**THE CREATION OF THE MUNICIPALITY ÁGUA BRANCA –PI : BETWEEN
EXPECTATIONS AND DISENGANT (1954 AND 1955)**

**LA CREACIÓN DEL MUNICIPIO DE AGUA BLANCA- PI: ENTRE EXPECTATIVAS
Y DESENCANTOS (1954 Y 1955)**

*Ábdon Eres da Silva Neto (UFPI)¹³¹
Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)¹³²*

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de entender de que forma os habitantes de Água Branca pensaram a cidade que seria instalada com a criação do município. Como baliza temporal, utilizamos o período que vai de 1954 a 1955, definido pelas fontes escolhidas: entrevistas com os moradores que vivenciaram o processo de criação do município e o código de posturas municipais relatado nas atas da Câmara Municipal de Água Branca. Para análise das fontes, estivemos atentos às intencionalidades que permearam a sua construção, estendendo o método crítico da metodologia da história oral dos depoimentos orais aos materiais escritos que utilizamos. Como trabalhar com oralidade implica trabalhar com memórias, ponderamos os estudos de Michael Pollak (1992) e Alessandro Portelli (1993). Entendemos a cidade como resultado das ações das pessoas em seu espaço. Assim levamos em conta os estudos de Francisco Alcides do Nascimento (2015) e Antônio Paulo Rezende (1997). Com isso, pudemos perceber que a criação do município envolveu também a criação de expectativas nos habitantes que nem sempre foram concretizadas.

Palavras-chave: Expectativas. Desencantos. Município. Água Branca - PI.

Abstract: This article aims to understand how the inhabitants of Água Branca thought the city would be installed with the creation of the municipality. As a temporal beacon, we use the period from 1954 to 1955, defined by the sources chosen: interviews with the residents who experienced the process of creation of the municipality and the code of municipal positions reported in the minutes of the Municipal Council of Água Branca. For the analysis of the sources, we were attentive to the intentions that permeated its construction, extending the critical methodology of oral history methodology of oral testimonials to the written materials we use. Working with orality implies working with memories, we consider the studies of Michael Pollak (1992) and Alessandro Portelli (1993). We understand the city as a result of the actions of people in your space. Thus, we take into account the studies of Francisco Alcides do Nascimento (2015) and Antônio Paulo Rezende (1997). With this, we could perceive that the creation of the municipality also involved the creation of expectations in the inhabitants that were not always fulfilled.

Keywords: Expectations. Disenchants. County. Água Branca - PI.

Resumen: El presente artículo tiene el objetivo de entender de qué forma los habitantes de Agua Blanca pensaron la ciudad que sería instalada con la creación del municipio. Como baliza temporal, utilizamos el período que va de 1954 a 1955, definido por las fuentes escogidas: entrevistas con los habitantes que vivenciaron el proceso de creación del municipio y el código de posturas municipales relatado en las actas del Ayuntamiento de Agua Blanca. Para el análisis de las fuentes, estuvimos atentos a las intencionalidades que impregnaron su construcción, extendiendo el método crítico de la metodología de la historia oral de los testimonios orales a los materiales escritos que utilizamos. Como trabajar con oralidad implica trabajar con memorias, ponderamos los estudios de Michael Pollak (1992) y Alessandro Portelli (1993). Entendemos la ciudad como resultado de las acciones de las personas en su espacio. Así tomamos en cuenta los estudios de Francisco Alcides del Nacimiento (2015) y Antônio Paulo Rezende (1997). Con eso, pudimos percibir que la

¹³⁰ Este artigo é uma versão resumida das discussões realizadas em um dos capítulos da dissertação de mestrado no qual apresento alguns dos resultados obtidos com a pesquisa que ainda encontra-se em andamento.

¹³¹ Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Email: abdon_eres@hotmail.com

¹³² Francisco Alcides do Nascimento - Professor Titular da Universidade Federal do Piauí -UFPI. Email: falcidesufpi@gmail.com

creación del municipio involucró también la creación de expectativas en los habitantes que no siempre se concretaron.

Palabras clave: Expectativas. El desencanto. Municipio. Agua Blanca - PI.

Introdução

O município de Água Branca do Piauí foi instalado em primeiro de julho de 1954. Localizado na região do médio Parnaíba Piauiense, possui uma população de 16.451 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010. Destaca-se pelo comércio e possui o maior Produto Interno Bruto das cidades que se localizam em suas proximidades. Antes de ser elevado à categoria de cidade, para sediar o município de mesmo nome, Água Branca era um povoado pertencente ao município de São Pedro do Piauí, sendo subordinado administrativa e politicamente a este último.

Para a presente pesquisa entrevistamos três moradores da localidade. O primeiro foi Francisco Alves Catarino. Este não vivenciou o momento de criação do município, mas passou vários anos pesquisando e entrevistando os moradores mais antigos da cidade, escrevendo em 2013 um livro sobre o município¹³³. O segundo foi Pedro Alves dos Reis. Pessoa bastante conhecida na localidade, Pedro Alves dos Reis, nascido em Castelo do Piauí, veio morar em Água Branca em 1950, buscando melhores condições de vida. Esteve envolvido nos assuntos políticos de 1954 e foi vereador de 1967 a 1970. O terceiro entrevistado foi Milton Floriano Siqueira. Nascido na localidade que se emanciparia anos mais tarde, tinha 10 anos quando o município foi criado.

As narrativas estão cheias de significados, silêncios e de intenções, sendo necessário estarmos atentos para questioná-las constantemente, tendo em mente que elas constituem-se do presente falando sobre o passado, dando sentido a este último com base no que é vivido no presente. Não nos esqueçamos, como ressalta Michael Pollak, que o presente colore o passado, ou seja, o trabalho de enquadramento da memória “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p. 9). A forma como os moradores nos relataram o processo de criação do município de Água Branca tem a ver com as demandas do momento em que vivem, na medida em que algo considerado tão importante na história local não poderia ser contato de qualquer maneira. Assim, ressaltaram

¹³³ O livro a que nos referimos é: CATARINO, Francisco. *A História de Água Branca*. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013.

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

os aspectos positivos que acreditavam que o processo traria, evidenciando uma série de expectativas com o recebimento do título de cidade.

Tais expectativas fazem parte da face sensível da cidade, uma vez que essa, como afirma Sandra Jatahy Pesavento (2007), além de materialidade é também sociabilidade e sensibilidade. Assim, consideramos que para entendermos como o processo de criação do município de Água Branca impactou sobre a vida dos moradores tornou-se crucial analisarmos a cidade com base nesses três elementos, percebendo-a pelas significações que os moradores produziram e ainda produzem sobre ela. Nesse sentido, por meio do Código de Posturas, discutido nas atas da Câmara Municipal de Água Branca em 1955, percebemos como os gestores pensavam a organização da recém-instalada cidade, servindo de contra ponto para o que os entrevistados narravam. A partir daí percebemos a cidade enquanto elemento que evolui sonhos e idealizações que podem ser ou não realizados.

Foi nesse fluxo de cidade idealizada, onde sonhos e decepções se cruzam constantemente, que se construiu a presente pesquisa, cujo objetivo é entender de que forma os habitantes de Água Branca pensaram a cidade que foi instalada com a criação do município, “cidade pensada” enquanto planejamento e organização, mas também como idealização, relacionando-a com desejos e intervenções no espaço.

A cidade, o encanto

A criação de um município implica a elevação de uma parte do território à categoria de cidade, passando esta a sediá-lo. Na fala dos entrevistados é perceptível a ideia de que a instalação da cidade traria benefícios, como por exemplo, o direito de escolher os próprios representantes políticos, melhores alternativas de moradia, ruas calçadas, empregos, iluminação pública.

Pedro dos Reis, que tinha 26 anos quando o município foi criado, diz o seguinte: “Nós queríamos emancipar Água Branca, porque nós queríamos ter o nosso próprio prefeito, nós queríamos ter os próprios vereadores, nós precisávamos ter juiz como nós temos hoje aqui, nós precisávamos ter um hospital um pouco mais forte [...]” (REIS, 2018). A emancipação envolvia, no seu modo de ver, diretamente a autonomia, ter equipamentos e estrutura urbana próprias, pois, até então, o prefeito, os vereadores e o juiz, pertenciam ao município de São Pedro do Piauí, ao qual Água Branca era vinculada administrativamente.

Vejamos ainda que o desejo de Pedro Reis é, especialmente, a autonomia política, o direito de poder escolher os próprios representantes. Reparemos que o uso do “nós” pelo

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

entrevistado longe de referir-se apenas aos moradores de Água Branca¹³⁴ de forma geral, parece referir-se ao grupo político que Pedro Reis participava. Isso fica evidente em outro momento da sua fala quando ele comenta sobre a escolha do candidato que concorreria às primeiras eleições municipais: “E aí *nós* botemos justamente Raimundo Rodrigues Matos¹³⁵ e foi ele justamente o prefeito que foi eleito com trinta e poucos votos de maioria” (REIS, 2018). Em toda a entrevista Pedro Reis usa a primeira pessoa do plural, “*nós*”, exceto quando está tratando da sua vida pessoal, ou seja, ele não está falando por ele, mas em nome de um grupo que não disse por quem era constituído, mas que está presente em suas falas.

A forma como Pedro Reis usa a linguagem remete a coisas que estão presentes, mas que não estão sendo ditas. Lembremo-nos dos ensinamentos de Paul Thompson: “[...] o que podemos esperar ganhar pela influência da psicanálise é ouvido mais perspicaz para as sutilezas da memória e da comunicação, mais do que a chave de um quarto secreto”(THOMPSON, 1992, p. 205). A sua narrativa é dotada de um jargão político, uma aglutinação de palavras e expressões que parecem o recorte de várias partes de outros discursos. Isso pode ser resquício dos anos em que foi vereador do município de Água Branca.

Francisco Catarino, que teve contato com narrativas de diversos sujeitos, moradores de Água Branca (na época povoado), quando fazia as pesquisas para o livro que publicou, ao ser indagado sobre os motivos da emancipação ressalta que:

Era a cidade querendo ter vida própria, ser independente de São Pedro, porque tudo aqui era São Pedro: os colégios, a parte jurídica, tudo dependia de São Pedro, os cartórios, tudo era São Pedro. Já era uma cidade, já era um povoado bem desenvolvido e tinha necessidade de ter vida própria. E tinha necessidade de não depender de São Pedro para nada. Então, foi assim que eles criaram. A razão deles lutarem por essa emancipação (CATARINO, 2018).

O entrevistado realça como motivador das “lutas” pela emancipação o desejo da localidade de ter vida própria. Pelo visto, todo o aparato administrativo que Água Branca possuía pertencia a São Pedro, sendo a criação do município o meio de adquirir a liberdade. Para Francisco Catarino, Água Branca já era uma cidade pelo desenvolvimento que tinha, faltando apenas modificar o seu status político. Essa sua afirmação remete à sua ideia de que

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

a localidade já possuía o que era necessário para emancipar-se, restando apenas oficializar o processo.

Desse modo, a narrativa de Francisco Catarino, como a dos demais entrevistados, nos serve não apenas como fonte de informação sobre a criação do município de Água Branca, mas também como meio de estudarmos as subjetividades em torno deste processo, indo em consonância com Alessandro Portelli para quem o testemunho oral “pode se encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história” (PORTELLI, 1993, p. 41).

Nesse sentido, o que morar num ambiente citadino implicaria? Certamente, mudanças. Novidades. Liberdade. Crescimento. Facilidades. Status, talvez. Floriano Siqueira afirma que “todos sonhavam em Água Branca ser cidade” (SIQUEIRA, 2018). Essa transformação de povoado a cidade, na visão dos entrevistados, provavelmente, traria melhoramentos nas escolas, no sistema de saúde, no comércio, traria, enfim, desenvolvimento.

Quando aconteceu a emancipação política, Milton Floriano tinha dez anos de idade. Ao ser perguntado sobre quando eram as iniciativas em torno da criação do município, ele diz:

Rapaz quando eu vi falar, dez anos a minha lembrança para cá, aos seis anos já se falava, que ia passar a cidade. Eu lembro até que quando foi aprovada a lei que mandaram lá para a Assembleia, que foi aprovada. Houve um grande foguetório aqui. Que foi aprovado a lei da emancipação, houve muito foguete. Até eu mesmo me alegrei. Eu disse: Eta, agora mesmo eu vou morar numa cidade! (SIQUEIRA, 2018).

A possibilidade de morar numa cidade era sinônimo de melhorias. Talvez por isso a “fogueta”, realizada para comemorar a criação do município e que marcou a memória de Floriano Siqueira. Estamos diante do desejo que o ambiente citadino suscitou. Isso nos faz lembrar Zenóbia, uma das cidades de Ítalo Calvino. O que ela tem de extraordinário é o fato de se localizar em um terreno seco e, mesmo assim, erguer-se sobre altíssimas palafitas.

[...] é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados. (CALVINO, 1990, p. 36).

Ela nos interessa por representar, dentre outras coisas, a cidade como o lugar dos desejos, a cidade como sendo construída a partir do desejo dos moradores e que eles acreditam ser o melhor para eles. Situar-se em um local seco não é limitação para ter uma arquitetura no sentido dos ensejos de quem nela residem. A cidade pode ser, assim, moldada constantemente pelos habitantes, mas continua dando forma aos desejos ao longo dos anos, sendo a base da qual partem para criar em sua mente expectativas melhores de vida.

No entanto, a cidade também traz em si a suas contradições. “A construção de uma utopia urbana nunca implicou, automática e necessariamente, transformação social e cultural” (RISÉRIO, 2012, p.293). Brasília, por exemplo, foi projetada visando sanar os problemas sociais que existiam no Brasil. Seus idealizadores propunham uma construção urbanística que servisse de modelo, igualitária, que não desse espaço para a segregação. No entanto, Brasília também teve seus percalços: se por um lado devia passar exemplos de ideais democráticos, por outro acabou gerando segregação, representada pelo surgimento das cidades satélite. Da mesma forma, Água Branca, quando foi instalada, também teve seus percalços, evidenciando desencontros, entre o que se tornou e o que os habitantes esperavam.

Quando indagamos Milton Floriano Siqueira sobre quais as vantagens da emancipação de Água Branca, ele respondeu:

Rapaz, isso para mim eu achava que era melhor que povoado, passando a cidade já tinha tudo, é porque fazia... tinha pouca de experiência, mas me alegrou, alegrou todo mundo, que ia ter mais desenvolvimento, que as escolas iam melhorar, se orgulhava mais de morar na cidade. (SIQUEIRA, 2018).

A fala de Floriano Siqueira nos aponta para três caminhos. No primeiro deles, o da expectativa, as pessoas se alegraram por acreditar que a emancipação traria avanços. O segundo, que não destoa do primeiro, refere-se ao orgulho gerado pelo sentimento de pertencer, de dizer que mora numa cidade. O povoado é, desse modo, um elemento menor em relação à cidade. Ser um próspero povoado não denotava o orgulho que o título de cidade traria. O terceiro caminho é o da decepção. Floriano Siqueira se lembra de um fato, ainda era criança e considera que possuía pouca experiência para entender o que estava acontecendo. Nesse momento ele lança sobre si uma avaliação do que havia pensado, deixando implícito que, com a experiência de hoje, não teria se encantado tanto pelos discursos em torno da criação do município de Água Branca.

Mas isso não tem nada de incomum. Antônio Paulo Rezende, ao tratar sobre os encantos e desencantos da cidade de Recife com a modernidade na década de 1920,

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

evidencia as contradições que perpassam a sociedade, onde o discurso de progresso e desejo de mudança que a fascinante modernidade, anunciada nos jornais e nos discursos políticos, não foram capazes de superar as desigualdades sociais ou de atender a todos os moradores da cidade.

No discurso dos sujeitos históricos, a ideia de modernidade esteve associada a capacidade crescente do homem de emancipar-se do obscurantismo, do preconceito e construir o reino da liberdade. A efetivação de uma sociedade mais justa, envolvida pela fantasia promissora do progresso. É claro que o conteúdo radical dessa modernidade apresenta concepções de mundo conflitantes e leituras diferentes quanto à maneira como o homem deve administrar as contradições sociais. Todos apostam, porém, no progresso, em um incessante desenvolvimento da capacidade humana em gerir e superar seus problemas (REZENDE, 1997, p. 18).

Por que não aplicar essa leitura da modernidade, suas idealizações e desencantos às imaginações e desapontamentos com a criação do município de Água Branca? O discurso que lançava convicções sobre progresso e desenvolvimento no município foi usado como meio para defender a sua criação e acabou gerando expectativas que, nem sempre, foram correspondidas.

A cidade, o desencanto

Antônio Paulo Rezende afirma que “as cidades foram os grandes cenários da modernidade” (REZENDE, 1997, p. 21), mas também são o cenário das contradições e, acrescentamos, das questões urbanas que envolvem a criação de um município. O povoado Água Branca, sede do novo município criado, deveria ser o polo irradiador do progresso, da concretização das promessas feitas pelos discursos de emancipação.

Dentre as divisões administrativas que podem ser estabelecidas nos municípios está a divisão em Zona urbana e Zona rural. Se a zona rural é o que excede a zona urbana, segundo Hely Meirelles o Código Tributário Nacional define que área urbana tenha, pelo menos, dois dos cinco melhoramentos urbanos seguintes: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, rede de iluminação domiciliar – com ou sem posteamento para distribuição domiciliar e, por último, escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 km do imóvel considerado (MEIRELLES, 2000, p. 68). Essas definições são usadas para fins de cobranças de impostos e servem para termos uma noção sobre o que o perímetro urbano de um município deveria

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

ter. E é partindo dessa noção que poderemos perceber que os projetos dos primeiros gestores buscavam dotar o perímetro urbano da cidade dos “melhoramentos” essenciais.

O primeiro projeto da Câmara foi do Vereador João Elói de Sousa e estava relacionado aos códigos de postura e tributário. O código de posturas define uma série de comportamentos e formas de organização que devem orientar as pessoas que moram na sede do município. A prioridade dada a esse projeto pode indicar o quanto era importante impor regras às vivências no município, especialmente em sua sede. Dessa forma, durante o ano de 1955, a maioria das leis será promulgada pelo prefeito municipal no sentido de promover a organização do espaço.

A preocupação com a cidade e, principalmente, com o seu centro é algo constante na história. Francisco Alcides do Nascimento ao tratar das transformações urbanas em Teresina entre o final da década de 1930 e o início de 1945, ressalta que o governo tinha uma proposta de intervenção modernizante à cidade construída em 1852. A cidade precisava se adequar a um dos símbolos da modernidade que era o automóvel. O Plano Saraiva, com seus problemas técnicos, como ruas estreitas e muitos cruzamentos, não era compatível com os ideais de modernidade (NASCIMENTO, 2015, p. 141). É nesse sentido que o projeto para a cidade dos sonhos foi ganhando concretude e foi nesse mesmo rumo que as intervenções em Água Branca prosseguiram, guardando as óbvias diferenças estruturais.

Em junho de 1955, o poder municipal de Água Branca aprova o Código de Posturas e traz no primeiro título a divisão administrativa do município em três zonas: zona urbana, zona suburbana e zona rural. Logo em seguida as especificações acerca da localização dos terrenos:

Os terrenos urbanos ou de primeira classe, ficam compreendidos no perímetro da Cidade propriamente dita, conforme determinação do Prefeito para cobrança dos impostos respectivos. Parágrafo segundo, os termos suburbanos, ou de segunda classe, são os que excedente limites do perímetro urbano, sejam continuação das ruas e praças da cidade ou esteja a margem das estradas reais. Parágrafo terceiro, os terrenos rurais ou de terceira classe, são os terrenos do patrimônio, não compreendidos nos parágrafos anteriores. (CÂMARA Municipal de Água Branca, 13 de agosto, 1955).

Reparemos que os terrenos são hierarquizados em três classes: primeira, segunda e terceira. Os terrenos da sede municipal representam a primeira ordem. É claramente, este, escolhido como o lugar privilegiado do município, deixando os outros dois em condições inferiores. Enquanto mais se distancia da zona urbana, menos valorizados tornam-se os

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

terrenos. O que deixa evidente quem terá acesso a esses terrenos, pessoas com poder aquisitivo maior.

Francisco Alcides do Nascimento, ao estudar os incêndios em Teresina no final da década de 1940, cita Maria Mafalda Baldoíno, para quem a elite piauiense das últimas décadas do século XIX relacionava a existência de ordenação da sociedade para que houvesse progresso. Com os ideais de avanços propostos pela criação da cidade, o espaço de Água Branca também precisava ser ordenado, processo evidentemente excludente e que “está relacionado com o afastamento dos pobres da zona urbana” (NASCIMENTO, 2015, p. 220).

A Lei nº 34 trinta e quatro, de dez de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco determina a urbanização de Água Branca por meio do loteamento das áreas devolutas.

Artigo primeiro. O Executivo Municipal de Água Branca fará urbanização da cidade aplicando as modificações indicadas na planta do levantamento, dentro do prazo de vinte (20) anos, a contar da vigência desta lei: Artigo segundo. As desapropriações de terreno aplicadas no plano de urbanização serão indenizadas por áreas devolutas a critério do Prefeito Municipal (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

A medida promete a urbanização da cidade, porém, garante que haverá desapropriação. Os melhoramentos urbanos que a cidade tem a oferecer têm os seus sacrifícios. Dessa forma, pela Lei nº 35 trinta e cinco, promulgada em dez de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco, é concedido o direito da Prefeitura incorporar as áreas de domínio privado encravadas na sede do Patrimônio Municipal:

Artigo primeiro: Ficam desapropriados sem ônus para a Prefeitura Municipal de Água Branca todos os terrenos contidos dentro do perímetro constante da aquisição feita em 22 de Agosto de 1955, ao senhor Jesuíno Barbosa Monteiro com a área aproximadamente de 127 (cento e vinte e sete hectares). Artigo segundo: Fica assegurado o direito de posse dos proprietários mediante a substituição dos títulos de propriedade pelas respectivas cartas de aforamento sem ônus por parte dos mesmos. Parágrafo primeiro: No ato da substituição do título de propriedade pela Carta de Aforamento, serão demarcados os respectivos terrenos, cabendo ao proprietário pagar as taxas de demarcação e urbanização (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

Das determinações desta lei destacamos o poder dado à prefeitura de se apropriar das terras já ocupadas por moradores, sem receber nenhum prejuízo por isso. Caso o proprietário queira ficar com a propriedade, ele deverá se submeter às medidas de aforamento e apesar

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

de dizer que ele não terá que pagar nada por isso, logo em seguida, é destacado que ele deverá arcar com os gastos com taxas de demarcação e urbanização.

Mas que cidade era essa que tanto prometeu mudanças e agora excluiu boa parte da população dos espaços mais privilegiados com melhoramentos urbanos como calçamento, iluminação e abastecimento de água? Por decisão municipal ficou decidido que as terras devolutas da sede municipal seriam concedida por aforamento para quem se interessasse. Assim são definidos os detalhes que as construções deveriam ter: “com frente mínima de (10) dez metros para a via pública e áreas de (150) cento e cinquenta a (400) quatrocentos metros quadrados, pagáveis em (20) vinte prestações mensais de igual valor a ser fixada em tabela especial baixada pela Câmara Municipal” (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955). A questão que se coloca novamente é: todos que se interessassem teriam condições de arcar com os valores estabelecidos?

O poder público também estabelece o valor das taxas a serem pagas.

I) Zona Norte (ao norte da Avenida José Miguel) Conversões de terreno foreiro a Cr\$ 1.50 um cruzeiro cinquenta centavos, o metro quadrado. II: Zona Sul, ao Sul da Avenida) na Zona suburbana. Cr\$ 1.50 um cruzeiro e cinquenta centavos, o metro quadrado. III – Zona sul, ao sul da Avenida José Miguel, zona Suburbana ao sul da avenida Getúlio Vargas, Cr\$ 1.20 um cruzeiro e vinte centavos, o metro quadrado. IV – Taxa de demarcação Cr\$ 1. 00, um cruzeiro por metro linear de perímetro pago por cada confrontante a Prefeitura Municipal. V- Taxa de urbanização Cr\$ 0,20 vinte centavos por metro quadrado para a taxa norte-sul, e zona sul urbana, e, Cr\$ 0.10 dez centavos por metros quadrado para zona suburbana. VI – Taxa de foro anual para a zona norte e zona urbana sul, Cr\$ 0,02 dois centavos por metros quadrado, e, para a zona suburbana, Cr\$ 0,01 um centavo por metro quadrado. (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

O ponto de referência é a Avenida José Miguel. De Norte a Sul dessa avenida o preço do aforamento era de 1,50 cruzeiros. Na medida em que se distancia dessa avenida, indo no rumo da Avenida Getúlio Vargas o preço cai para 1,20 cruzeiros, denotando claramente a segregação espacial e reforçando que seria mais difícil para a população adquirir terrenos na sede municipal. Dessa maneira, o objetivo era usar o valor das taxas para melhorar a sede do município, loteando terras devolutas para aforamento de modo desenvolver a cidade. O poder público estabelece medidas que devem ser seguidas para a realização das obras. Estipula um valor e taxas a serem pagas e prazos a serem seguidos. Mas não é evidenciada nenhuma medida que garanta à população condições para se enquadrar nessas regras sancionadas.

Artigo sete: todas as pessoas que aforarem terrenos para construção de casas na zona urbana, serão obrigadas a começar o serviço dentro do prazo de seis meses, a contar da data de concessão, devendo concluir o serviço no prazo de dezoito meses, a contar da mesma data. Parágrafo primeiro: entende-se por começo de edificação levantamento de alicerces e por conclusão o revestimento do prédio respectivo, calçadas. Parágrafo segundo: os infratores incorrerão a multa de cento e cinquenta a oitenta cruzeiros e dobrados em reincidência. Parágrafo terceiro: Todas as construções novas ou reconstruções não poderão ter menos de quatro metros de altura na frente (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

É proposto, assim, um ordenamento do espaço de forma autoritária, a população não tinha garantias caso se recusasse a ceder um terreno. E caso desobedecesse alguma das restrições havia penalidades a serem pagas. Francisco Alcides do Nascimento trata disso ao afirmar que a prefeitura de Teresina obrigou os proprietários de imóveis a recuarem seus edifícios “para que as ruas ganhassem dimensões mais largas, e permitindo, também, criar mais espaço para a arborização” (NASCIMENTO, 2015, p. 144).

Como era ao prefeito permitido a desapropriação de estabelecimentos, “por utilidade pública ou necessidade do município”, sempre que achasse necessário, o poder público poderia tirar casas para alargar ou abrir ruas, praças e construir estabelecimentos, com a justificativa de estar fazendo isso para o bem geral do município. As ruas não poderiam ser feitas de qualquer jeito. Parte do Código de Posturas que trata dos logradouros públicos define a largura para as ruas de 10 metros. A disposição das ruas foi pensada levando em conta o embelezamento, a ventilação, a salubridade e a higiene, para o conforto e bem estar dos cidadãos. Era com base nesses argumentos que o poder público justificava suas ações dentro do espaço da cidade. Foi em nome do embelezamento, por exemplo, que as pessoas podiam ser removidas das suas casas para dar lugar às ruas ou à construção de um estabelecimento. Uma clara expressão da existência, na cidade, de “uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada” (ROLNIK, 2004, p. 20), reforçando a necessidade de um poder gerenciador da cidade, representando, teoricamente, os desejos de todos os habitantes.

Além disso, a “todo proprietário é obrigatório a reconstruir e conservar o seu passeio de modo a não prejudicar a estética e o asseio da cidade e não dificultar o trânsito público.” As calçadas eram assim de responsabilidade dos moradores das casas. Morar na cidade exigia responsabilidades. A arborização ficou por conta da prefeitura, porém, “ninguém poderá cortar ou danificar as árvores plantadas pela Prefeitura, nas ruas e praças desta cidade. E o prefeito poderá mandar cortar as árvores que não esteja dentro do alinhamento ou então que sua conservação se torne inconveniente por qualquer motivo” (CÂMARA Municipal de

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

Água Branca, 04 de junho, 1955). A cada responsabilidade, uma obrigação e a legitimação do poder municipal.

Da mesma forma que a “nova Teresina de linhas retas e ruas arborizadas não comportava atividades que pudessem se contrapor à cidade desejada” (NASCIMENTO, 2015, p. 159) a nova Água Branca, emancipada, não poderia admitir práticas que fossem opostas à ideia de urbano. Algumas práticas foram ordenadas: a matança de gado, caprinos e suínos só poderá ser feita no matadouro público, a não ser que o prefeito autorizasse o contrário. E outras foram proibidas:

Fica expressamente proibido a criação de gado, caprino, suíno [...] na zona urbana e suburbana da cidade, bem como cães na parte urbana. Artigo 52: Sem licença do Prefeito, ninguém poderá armar barracas, quiosques, pavilhões ou qualquer outra construção deste gênero, nas ruas ou praças desta cidade (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto de 1955).

Isto posto, vemos no município o poder público agindo, definindo normas de comportamento, as leis e regras a serem seguidas para organizar o espaço urbano. Raquel Rolnik ressalta que, se hoje a presença do Estado na cidade é tão grande isso é em decorrência das transformações sociais, políticas e econômicas advindas com o surgimento do capitalismo. Dentro dessa lógica capitalista as propostas de organização do espaço urbano visam a máxima rentabilidade.

Desde logo, assim se define a forma de ocupação da terra urbana: dividida em lotes geométricos, facilmente mensuráveis para que a eles se possa atribuir o preço. A lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado (ROLNIK, 2004, p. 55).

À vista disso, a organização do espaço urbano proposta pelo Código de Posturas de Água Branca e pela legislação de aforamento, segue, evidentemente, a lógica capitalista, estabelecendo preços às terras, comercializando, investindo e, principalmente, excluindo, pois, o retorno dos investimentos, longe de agregar a todos, restringe-se a pequenos grupos.

Em a Cidade do Sol, Tommaso Campanella, a partir de uma descrição detalhada, constrói uma cidade utópica e o que mais chama nossa atenção é a forma como é organizada: dividida em sete enormes círculos, dispostos de forma que no topo da montanha e bem ao centro de todos os círculos há um templo, de estupenda arquitetura. De certa forma, esse templo representa a centralidade do “chefe de todos” chamado de Sol, para o qual convergem

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

todos os tipos de questões da cidade. A cidade foi imaginada aplicando ideais de igualdade e justiça. Seu espaço é bem definido e estruturado. Politicamente seus habitantes possuem oportunidades iguais (CAMPANELLA, 2008, p. 19). Cidades como essas não viraram realidade, mas como aponta Raquel Rolnik, elas expressam aspectos da intervenção do Estado que ainda estão presentes na atualidade.

O primeiro é a leitura mecânica de cidade – a cidade como circulação de fluxos -, de pedestres, de veículos, de tropas, de cargas ou de ventos. O segundo é a ideia de ordenação matemática – a regularidade e a repetição - como base da racionalidade na produção do espaço. Ainda um terceiro pressuposto é ideia de que uma cidade planejada é uma cidade sem males, utopia que até hoje seduz os defensores no planejamento urbano. E, finalmente, nas utopias está esboçada a possibilidade de o Estado poder controlar a cidade, através do esquadramento e domínio de seus espaços (ROLNIK, 2004, p. 59).

Esses ideais de cidade, tão explicitados pelos utopistas, que permearam a mente dos homens desde a Antiguidade tem ainda sua correspondência nos dias de hoje e puderam ser notados na forma como os primeiros gestores de Água Branca planejaram organizar a cidade, mostrando sua concretização no corpo de leis que visavam organizar o município. As ruas largas consideraram o fluxo de pessoas e veículos, as medidas específicas que deviam seguir as construções, o desejo de tornar tudo mais bonito e sem males. É possível perceber isso em, praticamente, todas as cidades do mundo, de Paris a Teresina.

Sendo assim, a cidade é um elemento que está em constante modificação. Neste ponto, em especial, estamos em concordância com Antônio Paulo Rezende, quando este afirma que

[...] as mesmas cidades, nos mesmos momentos, têm esconderijos que só serão descobertos, quando as mesmas perguntas forem exaustivamente repetidas. Nem elas, as cidades, nem eles, os esconderijos, permanecem estáticos, não importam em que tempo estejam (REZENDE, 1997, p. 23).

Nesta passagem, Antônio Paulo Rezende chama a atenção para o fato de as cidades serem temas inesgotáveis para o trabalho do historiador e para o fato delas estarem sempre se metamorfoseando, o que não é algo novo. Os estudos historiográficos sobre cidades brasileiras retratam muito bem as constantes transformações pelas quais elas passam. Ao estudar São Paulo no que ele chama de frementes anos 20, Nicolau Sevcenko, por exemplo, narra as intensas alterações sofridas por esta cidade no período e como elas alteraram os

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

tradicionais costumes da sociedade paulista. Estas mudanças puderam ser notadas, principalmente, na escrita dos cronistas, que deixavam claro que “havia algo de novo no ar, algo especial, algo de diferente” (SEVCENKO, 1992, p. 25) naquela metrópole brasileira. Do mesmo modo, Antônio Paulo Rezende em sua obra publicada em 1997, *Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX* trata das transformações que as invenções modernas trouxeram para essa cidade, na referida década, acarretando mudanças nas mentalidades da população e no espaço físico da cidade.

Em Fortaleza, Sebastião Rogério Ponte dá conta de que as exportações de algodão na segunda metade do século XIX propiciaram um momento favorável para alterações na malha urbana dessa cidade e que estas se intensificariam mais ainda nas primeiras décadas do século XX. O autor mencionado relata, inclusive, uma “onda remodeladora [que] acabou por conferir à zona central da cidade um harmonioso conjunto urbano, complementada com a edificação de mansões, prédios públicos e dois grandes cinemas [...]” (PONTE, 1993, p. 19). Nesta mesma temática, ao tratar sobre a modernização de Teresina, também em meados do século XX, Francisco Alcides do Nascimento (2015) discorre sobre as transformações pelas quais a capital do Piauí passou para atender ao desejo de criar a cidade dos sonhos e de como a população pobre foi excluída dos benefícios trazidos por esta modernização.

A cidade de Água Branca ia assim adquirindo o melhoramento urbano que tanto almejava. Os projetos mencionados anteriormente nos dão uma noção de que, mesmo sendo um “próspero povoado”, na visão dos seus moradores, carecia de serviços básicos, como água canalizada, iluminação e atendimento de saúde. Quando possuía era precário e não se destinava a todos os moradores do município.

Conclusão

Então, podemos perceber que os moradores associaram a criação do município com o progresso, com o melhoramento, com a liberdade. Pensaram a cidade de Água Branca baseados na esperança de uma vida melhor, porém, se por um lado melhorou, por outro, muitos dos problemas pelos quais os habitantes passavam, permaneceram. A emancipação política representou mudanças, mas não rupturas. Mudanças que não ocorreram de imediato, mas foram pouco a pouco acontecendo, ora concretizando expectativas ora dando lugar a decepções.

Voltando à discussão que Ítalo Calvino faz sobre os dois tipos de cidade, umas que podem anular os desejos e outras que alimentam constantemente os desejos de seus

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

habitantes, Antônio Paulo Rezende considera que Recife é atualmente, uma cidade “em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados” (CALVINO, 1990, p. 36), pois, “os desejos conseguem cancelar a cidade, porque eles não sentem, nela, o espaço para se concretizar e são por ela cancelados pela violência da sua miséria” (REZENDE, 1997, p. 26). Dessa forma, as mazelas do Recife seriam um atrofiador ou ainda um elemento destruidor dos sonhos dos moradores acerca da cidade.

Entretanto, acreditamos que todas as cidades carregam dentro de si elementos dessas duas categorias propostas por Calvino. Pois, se como afirma Rezende, “a cidade está sempre em movimento” (REZENDE, 1997, p. 24), então, as mudanças pelas quais ela passa, sejam boas ou ruins, servem de matéria prima para a construção de novos sonhos e novos desejos.

Fontes

CÂMARA Municipal de Água Branca, ata da sessão de 04 de junho de 1955.

CÂMARA Municipal de Água Branca, ata da sessão de 10 de agosto de 1955.

CÂMARA Municipal de Água Branca, ata da sessão de 13 de agosto de 1955.

CATARINO, Francisco. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Abril, 2018.

REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Abril, 2018.

SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Maio, 2018.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. São Paulo: Editora Escala, 2008.

CATARINO, Francisco. *A História de Água Branca*. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 1990.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: Modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Humana Res, v. 1, n. 1, 2019, p. 91 - 106. ISSN:

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

PORTELLI, Alessandro. *Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores*. *Projeto História*, São Paulo, 1993.

REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

RISÉRIO, Antônio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.